

Pacote pode trazer dinheiro novo para o Brasil

Receptividade dos credores de fora normalizará fluxo de recursos, prevê o Banco Mundial

CESAR FONSECA
Enviado Especial

Buenos Aires — A decisão do presidente José Sarney de promover ajuste drástico da economia, através do congelamento de preços e semicongelamento de salários, deixando de lado a estratégia de promover simultaneamente crescimento econômico e combate à inflação, foi muito bem recebida pelos credores internacionais e contribuirá para a normalização dos fluxos de recursos externos ao País, bem como a concessão de dinheiro novo, para permitir a retomada dos investimentos, previu, ontem, o vice-presidente do Banco Mundial, José de Botafogo Gonçalves, encarregado de promover as relações internacionais da instituição com os países devedores.

Botafogo, que foi chefe da assessoria internacional do Ministério do Planejamento, na gestão Delfim Netto, destacou que a estratégia seguida pelo Governo Sarney até às vésperas da aplicação do Plano Tropical era ilusória, porque está fartamente comprovada a impossibilidade de promoção do crescimento num contexto de inflação elevada, como era o caso brasileiro. Não é possível, disse, conciliar as duas coisas: a curto prazo pode até haver uma coincidência, mas rapidamente a inflação acaba comendo o crescimento e lançando o País numa instabilidade perigosa.

A retomada do combate à inflação, disse, é uma pré-condição para o crescimento econômico e o Banco Mundial vê com bons olhos as medidas anunciadas na semana passada. Botafogo ressaltou, entretanto, que tais medidas não esgotam, ainda, o combate neces-

sário à inflação. Mencionou que continuam ainda indexados a poupança, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o PIS/Pasep, bem como se manteve flexível a política salarial. Previu o vice-presidente do Banco Mundial que no decorrer dos próximos meses haverá novas medidas nessas áreas, na medida que a inflação começar a apresentar sinais de resistências.

Para Botafogo, o principal obstáculo da política econômica foi a curtíssimo prazo, vencido, ou seja, será possível, como desafo interno aliviar as pressões inflacionárias que obrigavam o Governo a ir ao mercado para financiar o déficit público elevando permanentemente as taxas de juros e obstaculizando o crescimento econômico. Se forem bem administradas as medidas — “e eu tenho certeza de que as serão” —, será possível evitar uma recessão, na medida que se criaram condições para garantir um planejamento mais adequado do setor produtivo privado e estatal.

PLANO BAKER

José de Botafogo Gonçalves ressaltou que os programas de ajustes que estão sendo coordenados pelos governos argentinos e brasileiros são pré-condições indispensáveis ao retorno dos países devedores a um melhor relacionamento com a comunidade financeira internacional. Nesse sentido, disse que o Plano Baker, unanimemente considerado pelos 24 países asiáticos, africanos e latino-americanos insuficiente, poderá ser bastante positivo, porque o ingresso de recursos aos países devedores guardará estreito relacionamento com as políticas de ajustes externos.

O teto máximo de empréstimos inicialmente previsto pelo Plano Baker, de 29 bilhões de dólares, pode ser ampliado, admitiu, desde que os países devedores assumam o compromisso de sanear suas economias, em sua maioria atacadas pelo vírus inflacionário. Segundo previsões extra-oficiais, o Plano Baker poderá contemplar recursos superiores a 50 bilhões de dólares, enquanto os países devedores estão reivindicando em torno de 80 bilhões de dólares.

O Plano Baker, lançado durante a última reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, em Seul, é incompatível, segundo José de Botafogo Gonçalves, com a recessão, pois prega a retomada do crescimento econômico dos países devedores como pré-condição para o pagamento da dívida externa. Antes disso, porém, ressaltou, torna-se necessário um ajuste interno que contemple maior eficiência da economia com simultâneo aumento da poupança interna, sem o que é impossível às economias devedoras crescerem saudavelmente.

Por trás da filosofia do Plano Baker, Botafogo garantiu que existem duas condições essenciais. A primeira, que contempla uma redução das taxas de juros internacionais e, a segunda, que estimula uma mudança nas relações atuais entre pobres e ricos no comércio internacional que, visivelmente, reconhece, são prejudiciais aos pobres devido a permanente e crescente deterioração dos termos de trocas, com as exportações dos países devedores sempre desvalorizando-se, enquanto as importações de produtos industrializados supervalorizando-se, em detri-

mento permanente do balanço de pagamento dos endividados.

José de Botafogo Gonçalves, que utiliza um discurso totalmente compatível com os interesses dos credores internacionais e do Banco Mundial, evidentemente, discordou das colocações das autoridades econômicas brasileiras segundo as quais o *obstáculo principal* do Plano Baker, além de oferecer recursos insuficientes, é o de exigir uma abertura perigosa dos países devedores ao comércio internacional que venha, a curto prazo, prejudicar os atividades internas em favor dos capitais externos. Defendeu que o interesse maior do Bird e do Plano Baker é incrementar as importações por parte dos países devedores para que possam abrir maiores perspectivas de *crescimento econômico*. Nesse sentido, previu que, ao adotar medidas de ajustes econômicos, agradáveis aos credores internacionais o Governo Sarney criou condições para permitir maior fluxo de recursos para o Brasil, bem como a possibilidade de concretizar o sonho do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, de conseguir ainda este ano dinheiro novo. Com dinheiro novo, conforme o assessor econômico da Fazenda, Luis Gonzaga Belluzzo, o Governo terá condições de manter um tranco mais prolongado sobre as tarifas públicas e, conseqüentemente, prolongar por tempo indeterminado o congelamento dos preços, para garantir a sobrevivência do Plano Tropical, sem ter que lançar mão de suas reservas cambiais, as quais continuariam sendo utilizadas como um trunfo para garantir negociações satisfatórias de dívida com os banqueiros internacionais.